

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.065 - PR (2019/0136596-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : LUCIANA MOURA LEBBOS - PR035235
AGRAVADO : ERALDI SCHARF
ADVOGADO : ALEXANDRE FIDALSKI - PR032196
AGRAVADO : AGROVITA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. ALEGADA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA INÉRCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA PRÁTICA DOS ATOS PROCESSUAIS E APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA SÚMULA 106/STJ. QUESTÕES ATRELADAS AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal do Estado do Paraná cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO MATERIAL. CITAÇÃO DO EXECUTADO QUE NÃO OCORREU DENTRO DO PRAZO DETERMINADO PELO ART. 174, I DO CTN COM REDAÇÃO ANTERIOR À LC 118/2005. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 106/STJ. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. POSSIBILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 26 E 39 DA LEF. SERVENTIA ESTATIZADA. RECEITA DO FUNJUS. TAXA JUDICIÁRIA AFASTADA NA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 174, do CTN; 25 da LEF e Súmula 106/STJ. Sustenta, em síntese, que foi decretada a prescrição sem prévia oitiva da Fazenda Pública e que é descabida a ocorrência da prescrição, ante a existência de causa interruptiva de sua fluência. Aduz, ainda, que a ausência de citação válida não decorre de inércia sua, razão pela qual se aplicaria ao caso o enunciado 106 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

Sem contrarrazões.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 212/214, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que diz respeito à prescrição, o Tribunal de origem entendeu que:

No caso dos autos, se trata de execução fiscal referente a crédito tributário decorrente de créditos de IPTU do exercício fiscal de 1999.

Como se verifica da certidão de dívida ativa, a data de vencimento dos tributos foi omitida, portanto, não é possível especificar o termo inicial da prescrição dos créditos.

Inexistindo tal informação, considera-se para a contagem do prazo prescricional, o mês de fevereiro do respectivo exercício financeiro (01/02/1999), vez que ocorrido o fato imponible no dia primeiro de janeiro de cada ano e notificado o contribuinte, este tem o prazo legal de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento.

[...]

Ocorre que a ação foi ajuizada em 31/07/2000, e a citação do executado determinada em 03/08/2000, logo necessário considerar os termos do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, com redação anterior à conferida pela Lei Complementar nº 118/2005.

Assim, considera-se como marco interruptivo da prescrição material a data da citação do executado, que ocorreu apenas em 06/09/2006, quando compareceu aos autos para apresentar exceção de pré-executividade.

[...]

Por fim, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que a retroatividade a que se refere o art. 219, §1º do CPC, análogo ao 240 do CPC/2015, em nada alteraria o resultado, vez que a citação sequer ocorreu durante o trâmite do processo.

Desta forma, mantém-se a prescrição conforme decretada em primeiro grau.

Verifica-se que, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão atacado – ocorrência da prescrição –, é necessário o reexame de matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

A corroborar com esse entendimento, destacam-se:

AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE.

1. Não há falar em omissão, pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, não cabendo confundir omissão com entendimento diverso do perfilhado pela parte.

2. A conclusão do Tribunal de origem acerca de ter havido homologação de laudo pericial, preclusão consumativa e desnecessidade de produção de nova prova pericial, decorreu do exame dos elementos constantes nos autos, de modo que não pode ser revista em sede de recurso especial, em face do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt na TutPrv no REsp 1536408/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 24/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE IMÓVEL. AVALIAÇÃO REALIZADA POR OFICIAL DE JUSTIÇA. IMPUGNAÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE A NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE AVALIADOR OFICIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO FULCRADO NAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REEXAME DE PROVA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. É certo que a orientação das Turmas que integram a Primeira Seção/STJ pacificou-se no sentido de que o art. 13, § 1º, da Lei 6.830/80 deve ser aplicado, ainda que a avaliação tenha sido efetuada por oficial de justiça, ou seja, "impugnada a avaliação, pelo executado, ou pela Fazenda Pública, antes de publicado o leilão, o juiz, ouvida a outra parte, nomeará avaliador oficial para proceder a nova avaliação", conforme dispõe o preceito legal referido.

2. No entanto, em caso análogo, a Segunda Turma/STJ mitigou a regra prevista no art. 13, § 1º, da Lei 6.830/80, aplicando o óbice da Súmula 7/STJ, na hipótese em que o Tribunal de origem afirmou inexistir situação concreta apta a invalidar a avaliação realizada pelo oficial de justiça avaliador (REsp 1259854/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2011, DJe 01/09/2011).

3. No presente caso, considerando que o Tribunal afirmou que, "neste momento, deve ser prestigiada a presunção de legitimidade do laudo produzido pela auxiliar do juízo, não havendo elementos mínimos a autorizar, por ora, nova avaliação do imóvel", é imperioso concluir que a análise da alegada afronta ao art. 13, § 1º, da Lei 6.830 encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1524901/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016)

Por fim, no que se refere à suposta violação ao art. 25 da Lei 6.830/80 c/c a súmula 106/STJ, constou do acórdão recorrido o seguinte acerca da responsabilidade pela demora na efetivação da citação:

Pois bem, ainda que se verifique demora na prestação jurisdicional, a prescrição não pode ser imputada exclusivamente à estrutura da justiça quando o exequente não agiu com o necessário zelo em buscar a satisfação de seu crédito. Em outras palavras, uma vez evidenciada a culpa concorrente das partes, não há que se falar na aplicação da Súmula 106 do STJ.

[...]

Portanto, em que pese a prestação do serviço judiciário possa não ter ocorrido com a devida presteza, restou comprovado que a desídia da municipalidade no acompanhamento processual.

Ainda, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que a retroatividade a que se refere o art. 219, §1º do CPC, análogo ao 240 do CPC/2015, em nada alteraria o resultado, visto que a citação não ocorreu durante o trâmite

do processo.

Da mesma forma não prosperaria a insurgência de violação dos artigos 25 e 40 da Lei nº 6.830/80, visto que a fiscalização e o impulsionamento do feito são de exclusiva responsabilidade do credor.

Em consequência, o argumento do ente público recorrente, no sentido de que a morosidade pela prática dos atos processuais decorreu de mecanismos inerentes ao Poder Judiciário, tem sua análise obstada nesta instância excepcional.

Com efeito, eventual reforma do aresto, para efeito de considerar incidente à hipótese a Súmula 106/STJ, demanda, igualmente, o reexame da matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na citada Súmula 7/STJ. Isso porque a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais, se atribuível ao exequente ou ao Poder Judiciário, enseja a incursão no material fático-probatório.

A corroborar esse entendimento, confira-se:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 106/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. **Afastada pela instância ordinária a ocorrência de culpa por parte do Poder Judiciário, e atribuída exclusivamente à exequente a responsabilidade pela demora na efetivação da citação, não se aplica o enunciado da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça.**

2. **No âmbito estreito do recurso especial não se pode aferir a veracidade da argumentação quanto à falta de desídia ou culpa da Fazenda Pública na prática dos atos processuais, de modo a afastar as assertivas fático-probatórias do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 7/STJ.**

3. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça já decidiu, para fins de prescrição intercorrente em execução fiscal, que "a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ" (REsp nº 1.102.431, RJ, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe de 01.02.2010, julgado sob o regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil).

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1368724/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 06/11/2015) (grifou-se)

Ressalte-se, a propósito, que: 1) por força do disposto na Súmula 106/STJ, "a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário"; 2) é inviável a rediscussão do tema, pois "a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ" (REsp 1.102.431/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 1º.2.2010 – recurso submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC/1973).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

